22:21 26%

política

Histórico do STF e ofensas de Bolsonaro mantêm Moraes à frente de investigação

Ataques a ministros da corte também dificultaram pedido de afastamento da defesa de ex-mandatário

Ângela Pinho

SÃO PAULO A negativa ao pedido da defesa do presidente Jair Bolsonaro (PL) para afastar o ministro Alexandre de Moraes da investigação sobre uma possível tentativa de golpe de Estado condiz com o histórico do STF (Supremo Tribunal Federal) e o tipo penal investigado.

Advogados e acadêmicos consultados pela **Folha** apontam ainda as ofensas generalizadas do ex-presidente a integrantes do tribunal como outro fator que dificultava ainda mais o entendimento de parcialidade de Moraes no caso.

Mas dizem ver problemas na concentração de diferentes investigações na figura de Moraes por meio de inquéritos de escopo e duração amplas como o das milícias digitais.

O pedido para que o ministro fosse declarado impedido no caso das articulações para um golpe de Estado foi feito pela defesa de Bolsonaro na semana passada e negado nesta terça (20) pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso.

O argumento era que Moraes havia passado à condição de vítima diante dos elementos narrados em sua decisão na Operação Tempus Veritatis.

Segundo mensagens obtidas pela Polícia Federal, Bolsonaro teria atuado na edição de uma minuta de decreto que previa prisão de Moraes e anulação da eleição presidencial de 2022. A decisão mostra também que ele foi monitorado pelo grupo que planejava a ruptura institucional.

No pedido de impedimento, os advogados de Bolsonaro afirmaram que, ao acumular a posição de juiz e vítima, Moraes estaria com a imparcialidade comprometida.

O argumento não convence, diz Renato Vieira, advogado e presidente do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais). Isso porque, em sua avaliação, o crime que a operação investiga não é contra a pessoa física de Moraes, mas sim contra o Estado de Direito.

A decisão do ministro, de fato, trata dos crimes de tentativa de golpe de Estado e de abolição do Estado democrático de direito, além de associação criminosa. Bolsonaro por ora não foi indiciado, mas foi intimado pela PF a prestar depoimento nesta quinta (22).

"A vítima do crime não foi Moraes, fomos todos nós", diz o presidente do IBCCrim.

Ele lembra ainda o artigo do Código de Processo Penal segundo o qual a suspeição do juiz não poderá ser declarada se uma das partes da ação der motivo para criá-la. Não fosse essa regra, qualquer acusado poderia usar a estratégia de injuriar um magistrado para conseguir afastá-lo do caso.

O advogado e ex-procurador da República Eugênio Pacelli de Oliveira, autor de diversas obras sobre processo penal, afirma que era o STF como instituição que estava na mira do então presidente e seu entorno, e não Moraes como pessoa física.

Para ele, a chamada "minuta do golpe" seria só mais um capítulo da tentativa de tirar credibilidade do tribunal, em um processo que corre desde 2019.

Segundo Pacelli, Moraes acabou se tornando alvo preferencial por presidir o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e estar à frente de inquéritos incômodos para o núcleo bolsonarista, como o das fake news e o das milícias digitais.

Ele lembra ainda que outros ministros, como Barroso e Edson Fachin, já tinham sido alvo de ofensas de Bolsonaro.

"Se fosse pensar assim [que os ministros, e não a instituição, são vítimas] praticamente só o [André] Mendonça e o [Kassio] Nunes Marques poderiam estar no caso", diz, referindo-se aos dois magistrados indicados pelo ex-presidente para o STF.

Professora da FGV Direito e advogada, Raquel Scalcon também diz não ver Moraes como vítima, pelo mesmo raciocínio de que se trata de um possível crime contra o Estado de Direito e não contra uma pessoa em particular.

A diferença fica mais clara, diz, quando se compara as investigações sobre a tentativa de golpe de Estado ao caso das hostilidades contra Moraes e sua família no aeroporto de Roma, no ano passado.

Nesse episódio, Moraes se declarou impedido de participar de julgamento de recursos no STF, o que foi lido como possível estratégia para demarcar a diferença em relação às investigações da Operação Tempus Veritatis.

Scalcon também vê a tentativa de afastar Moraes do caso como uma estratégia que pode visar tanto desqualificar as decisões do ministro como agitar os apoiadores do presidente ou mesmo abrir caminho para um recurso a cortes internacionais.

Dado o histórico do Supremo, é de fato razoável supor que a defesa do ex-presidente já soubesse desde o início da improbabilidade de um pedido de impedimento prosperar.

Pesquisa da FGV Direito publicada em 2019 mostrou que a corte arquivou todos os pedidos de impedimento ou suspeição feitos e já analisados contra seus ministros em mais de três décadas. Ao fazer isso, em alguns casos violou o próprio regimento.

Autor de estudo anterior sobre o tema, o professor da Universidade Católica de Salvador Douglas Zaidan ressalta que em regra o impedimento ou suspensão do ministro é descartado pelo presidente da corte —como aconteceu no caso desta terça-feira.

Ele lembra que o STF não concedeu o afastamento nem em casos muito mais controversos que o atual, como quando a esposa de ministro que atuou no processo ou quando o ministro já havia dado parecer em favor de uma das partes antes da nomeação ao STF.

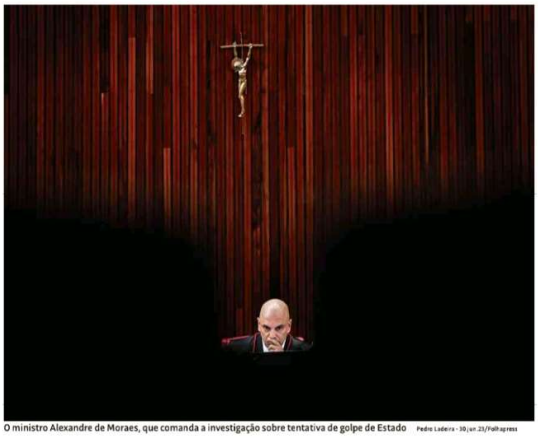
Embora não vejam suspeição na atuação do Moraes, os advogados ouvidos pela **Folha** avaliam que sua atuação por tanto tempo em um inquérito que mira diferentes temas —no caso, o das milícias digitais— acaba por dar margem a questionamentos.

Foi nessa apuração e na delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que foram coletadas as informações que embasaram a operação da PF.

Para Pacelli, não só esse processo especificamente, mas todos em trâmite, ganharia em legitimidade caso o STF adotasse uma espécie de figura de "juiz das garantias" —um magistrado ficaria responsável pelas decisões na fase investigatória e outro ficaria a cargo de eventual ação penal.

Scalcon também considera a ideia positiva, mas lembra que o STF já afastou a previsão desse juiz em ações do tipo.

Ainda que sejam sistematicamente negados, os pedidos de suspeição e impedimento de ministros são uma demonstração da maior exposição política da corte, avalia Zaidan, uma vez que, antes da Constituição de 1988, pedidos de suspeição eram raríssimos.



O ministro Alexandre de Moraes, que comanda a investigação sobre tentativa de golpe de Estado Pedro Ladeira - 30/ago.23/Folhapress

> A vítima do crime não foi Moraes, fomos todos nós
>
> **Renato Vieira**
> advogado e presidente do IBCCrim (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais)

TSE multa Carla Zambelli em R$ 30 mil por fake news contra Lula na eleição

Constança Rezende

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu, na terça-feira (20), aplicar uma multa de R$ 30 mil à deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) por veicular propaganda irregular na internet durante as eleições de 2022.

A representação contra a deputada foi ajuizada pela coligação Brasil da Esperança, que elegeu o presidente Lula (PT). Na ação, o grupo alegou que a deputada veiculou informações falsas por meio de postagens em redes sociais, disseminando mentiras contra o então candidato petista à Presidência.

Além disso, afirmou que a parlamentar agiu contra a confiabilidade no processo democrático brasileiro, quando divulgou informação falsa de que teria ocorrido fraude no QR Code de títulos de eleitores para favorecer Lula.

As postagens de Zambelli nas redes sociais afirmavam que o código contido na versão digital do título de eleitor contabilizaria de forma automática votos em benefício de Lula.

Todos os ministros votaram pela condenação da parlamentar, mas o ministro Kassio Nunes Marques divergiu em relação ao valor da pena fixada. Ele sugeriu aplicação de multa de R$ 15 mil, mas foi voto vencido.

Procurada, a deputada Carla Zambelli afirmou que não se manifestaria sobre o tema.

O ministro Floriano de Azevedo Marques Neto, que é relator do caso, defendeu que qualquer afirmação ou questionamento que vincule o título eleitoral à possibilidade de direcionamentos de voto "caracteriza grave e flagrante distorção da verdade que atingem diretamente o processo eleitoral".

Marques Neto também afirmou que a proteção do direito da veracidade das informações divulgadas e da honra dos participantes do processo eleitoral são diretrizes para que a Justiça Eleitoral exerça a sua função. Além disso, disse que QR Code do título de eleitor é uma função incorporada em virtude das atualizações tecnológicas e que serve apenas para autenticar o documento na Justiça Eleitoral.

Todas as postagens já haviam sido removidas das plataformas a partir de decisão tomada pelo ministro Raul Araújo, em 2022.

Outros dois citados no processo —Darcio Bracarense e Inácio Florêncio Filho— foram multados em R$ 15 mil cada um por criação e divulgação de informações falsas.

CIDADE DE SÃO PAULO
EstúdioFOLHA
Prefeitura de SP oferece 250 vagas para graduação em pedagogia
Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

Comissão de Ética abre processo contra 5 ex-ministros por reunião

BRASÍLIA A Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência decidiu nesta terça-feira (20) abrir processo para apurar a conduta de cinco ex-ministros do governo Jair Bolsonaro (PL) que falaram durante a reunião em que discutiram cenários golpistas.

A decisão foi de ofício, ou seja, determinada pelos próprios membros da comissão. Esta é uma fase preliminar, de admissibilidade. O próximo passo será ouvir a defesa dos alvos e, então, arquivar ou seguir com a apuração.

São alvos do procedimento os ex-ministros Augusto Heleno (GSI), Bruno Bianco (AGU), Wagner Rosário (CGU), Paulo Sérgio (Defesa) e Anderson Torres (Justiça). Além deles, também o ex-secretário-executivo da Secretaria-Geral, Mário Fernandes.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou no último dia 9 a divulgação na íntegra de vídeo da reunião ministerial, realizada em julho de 2022, em que ele e auxiliares discutem claramente cenários golpistas.

Por ora, a comissão vai apurar a conduta apenas das autoridades que se manifestaram no vídeo.

A três meses do primeiro turno, Bolsonaro aparece na gravação propagando notícias falsas sobre as urnas eletrônicas e pedindo que seus subordinados difundissem essas alegações.

Ministros militares presentes, por sua vez, falam em necessidade de "virar a mesa" antes das eleições e que a comissão de transparência eleitoral do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) era para "inglês ver".

O vídeo, de acordo com o inquérito, estava armazenado em um computador apreendido com o tenente-coronel Mauro Cid, então chefe da ajudância de ordens de Bolsonaro e hoje colaborador das investigações.

Trechos do vídeo foram transcritos na decisão de Moraes que autorizou a deflagração da Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal em 8 de fevereiro e que investiga uma organização criminosa que teria atuado na tentativa de golpe de Estado e de abolição do Estado democrático de Direito.

Marianna Holanda

Não podemos viver em impasse, diz ex-presidente

SÃO PAULO O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a criticar nesta quarta (21) os inquéritos dos quais é alvo e disse que o ato que convocou para o domingo (25) terá poucos discursos.

"Não podemos continuar vivendo aqui naquele impasse. 'Ah, o Bolsonaro vai ser preso amanhã. Pode ser preso a qualquer momento'. Qual crime eu cometi?", disse. O ex-presidente concedeu entrevista a Esmael Morais, que se apresenta como um blogueiro de esquerda.

Sobre a manifestação na avenida Paulista, Bolsonaro afirmou que será um ato pacífico e pedindo respeito à Constituição e disse que poucas pessoas devem falar no evento. "A senhora Michelle [Bolsonaro] fazendo uma oração. Seria o governador Tarcísio [de Freitas], o próprio pastor Silas Malafaia e eu. A princípio apenas essas pessoas falarão."

Bolsonaro também disse que não vai responder a perguntas nesta quinta (22) em depoimento, porque seus advogados ainda não tiveram acesso aos autos da investigação sobre golpismo.